

FILOSOFIA NA ESCOLA: SUBVERSÃO, LIBERDADE E CRIAÇÃO

PHILOSOPHY AT SCHOOL: SUBVERSION, FREEDOM AND CREATION

Gabriele Teixeira de Abreu¹
Ada Beatriz Gallichio Kroef²

Resumo:

O que pode a Filosofia na escola? Qual Filosofia estamos fazendo e para quem? Como resistir aos afetos tristes que nos tiram a potência de ação para resistir, lutar, criar na educação? Diante das circunstâncias em que nos encontramos atualmente, onde a Filosofia perde cada vez mais espaço nas escolas, num mundo em guerras, sobretudo contra as democracias em manobras de poder da governamentalidade neoliberal, a educação é atravessada por todas estas forças e tais perguntas se fazem não somente necessárias, mas urgentes. Seguindo estas questões e outras que delas surgem, este trabalho pretende pensar o ensino de filosofia e os movimentos históricos que influenciaram as direções desta enquanto disciplina na educação básica, a partir da perspectiva da filosofia da diferença, dialogando com o pensamento de alguns filósofos como Foucault, Deleuze e Guattari para construir caminhos possíveis para a criação de práticas de resistência e luta.

Palavras-chave: filosofia, poder, educação

Abstract:

What can Philosophy do at school? What Philosophy are we doing and for whom? How can we resist the sad affects that take away our power of action to resist, fight, create in education? Given the circumstances in which we currently find ourselves, where Philosophy is losing more and more space in schools, in a world at war, especially against democracies in power maneuvers of neoliberal governmentality, education is crossed by all these forces and such questions are asked not just necessary, but urgent. Following these questions and others that arise from them, this work intends to think about the teaching of philosophy and the historical movements that influenced its directions as a discipline in basic education, from the perspective of the philosophy of difference, dialoguing with the thoughts of some philosophers such as Foucault, Deleuze and Guattari to construct possible paths for creating practices of resistance and struggle.

Keywords: philosophy, power, education

¹ Licenciatura em Filosofia – Universidade Federal do Ceará, Professora da Educação Básica – Prefeitura de Maracanaú – CE, Mestranda PROFFILO-UFC. <https://orcid.org/0000-0002-1269-9213>

² Doutora em Educação (UFRGS), professora no Programa de Pós-graduação PROF-FILO/UFC – Instituto de Cultura e Arte - Universidade Federal do Ceará, atualmente é pesquisador colaborador da Universidade Estadual do Ceará. <https://orcid.org/0000-0001-6349-1503>

Um percurso...

Olhando para a trajetória do ensino de Filosofia na própria legislação, esta que já tinha uma carga horária minúscula de 50 minutos h/a, considerando o currículo de alguns estados brasileiros, nos últimos anos perdeu cada vez mais espaço, deixando de ser um componente obrigatório em detrimento do surgimento de novos componentes curriculares como “Projeto de vida” que chegou como uma proposta inovadora, mas que na verdade cheira ao mesmo mofo desenvolvimentista da farsa do “milagre econômico” da ditadura militar. Especialmente pelo momento em que tal mudança ocorre, justamente durante a onda do pacote das ‘reformas’ que ocorreram a partir das aprovações de propostas como a Medida Provisória nº 746, de 2016, que reformulou o Ensino Médio, em concomitância com a emenda constitucional que criou um teto para os gastos públicos, a histórica PEC 55 que traria grandes impactos sociais ao longo de até 20 anos, como previsto no texto. Tal medida trouxe prejuízos incalculáveis à Educação, como a inviabilização do PNE (Plano Nacional de Educação) elaborado durante o governo da presidenta Dilma Rousseff em 2014. Isto se deu em decorrência do choque entre o objetivo do plano que era pautado numa previsão de aumentos graduais dos investimentos na educação por um período de 10 anos e a realidade foi de cortes de gastos e desmonte da Educação.

Não é novidade nem segredo a clara perseguição de certos grupos políticos às ciências humanas, a arte e a todas as formas de saída das tentativas de imposição de um pensamento hegemônico, típico de regimes autoritários que geralmente são nutridos de algumas ideias como a exaltação à moralidade, utilitarismo, perseguição ao diferente etc. Entretanto, por questões de impossibilidade de fazer uma análise tão ampla aqui, e porque nossa proposta de diálogo refere-se a uma determinada área, faremos então um recorte desta questão e nos debruçaremos sobre o objetivo deste artigo, a saber, pensar a questão da filosofia na escola, do ensino de filosofia, os movimentos históricos que influenciaram as direções desta enquanto disciplina na educação básica, por fim, seus limites e potências no ambiente da instituição escolar. A análise partirá da perspectiva da filosofia da diferença, fazendo uma articulação do pensamento dos filósofos Foucault, Deleuze e Guattari com estes movimentos que resultaram no atual contexto, suas implicações e possibilidades de resistência e subversão das lógicas dominantes.

Um regresso histórico-filosófico

É necessário fazermos um regresso à alguns momentos da história para analisarmos os caminhos do ensino de filosofia no Brasil, o que se constitui numa empreitada um tanto desafiadora já que esta apresenta uma trajetória repleta de desvios, discontinuidades e muitas fragilidades, sobretudo no que se refere à maneira como a própria legislação brasileira tratou a filosofia. Há uma vasta e detalhada investigação acerca do tema, realizada em trabalhos clássicos³ que são fundamentais a esta investigação feita por professores e pesquisadores que dão importantes contribuições a este estudo. A grande quantidade de trabalhos acerca

³ CARTOLANO em “Filosofia no ensino de 2º grau” (1985); SOUZA em “Por que filosofia? Uma abordagem histórico-didática do ensino de filosofia no segundo grau” (1992); S. GALLINA em “A disciplina de filosofia e o Ensino Médio” (2000), HORN em “A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica” (2000) e C. MARINHO em “De Deus à Diferença trajetória das matrizes filosóficas na educação brasileira” (2012).

do tema, cada um à seu modo e em diferentes tradições filosóficas, apresenta algo em comum, a saber, a busca por compreender esta história da presença e ausência do ensino de filosofia na educação brasileira e suas consequências na criação de pensamento. Ao acompanhar esta linha desconectada e descontínua por que foi interrompida em um ritmo de tantos descompassos e silenciamentos, temos uma história marcada pela negação da liberdade e a imposição e desrespeito do peso de botas que violentam o direito de pensar. Atos institucionais legitimados pelas canetadas que assinalaram uma formalidade e deram forma⁴ a um ensino utilitarista, conteudista e raso. Ao invés de linhas curvas como a *dobra barroca*⁵ que vai ao infinito, a objetividade, previsibilidade e finitude da linha reta na dureza e fixidez do pensamento que se limita à repetição, mas não da *Diferença*, mas a repetição do *Mesmo*⁶, “sempre mais do mesmo”⁷. Aqui temos um aspecto importante no qual este trabalho pretende se debruçar, porque isto nos dá pistas de como a filosofia se apresenta à equivocada compreensão política que não mediu esforços para banir sua presença das escolas, o que nos mostra que aos olhos das forças de grupos que interferiram neste processo, a filosofia não passa de um inconveniente, portanto todo esforço para deixá-la fora do contexto. Sempre indesejada e por vezes até intrusa aos olhos de uma maneira de governar e pensar a educação brasileira. Mas em nome da honestidade intelectual, vale ressaltar, a questão, sobretudo à quem é da área, também não é nova, inclusive é bastante repetida, deste modo a pretensão não é ‘inventar a roda’, mas *pensar com* estes acontecimentos, fazendo um diagnóstico do presente para a compreensão de como o problema se atualizou e coletivamente buscar novas estratégias de enfrentamento de questões complexas e cheias de nuances.

Em decorrência dos ataques que a filosofia e as ciências humanas sofreram durante uma espécie de ‘flashback’ de um dos períodos mais obscuros e violentos da história do Brasil, há que se pensar algumas questões, mesmo porque o problema persiste, e as ações do jogo de poder que ocorrem nos bastidores do congresso nacional, não somente flertam com os absolutismos do passado, mas também se atualiza às novas maneiras de exercer o poder. E falamos aqui de *subversão* com a filosofia na escola porque esta é uma das várias potências filosóficas, sobretudo num espaço escolar, que é um território de potências conectivas, onde várias linhas e fluxos de diferentes intensidades e velocidades se conectam e se atravessam, mas para subverter e driblar estas forças e façanhas que imperam e emperram os fluxos filosóficos, é importante então voltar a estes trabalhos para compreender uma história que é sempre cheia de novos inícios porque em diferentes momentos foi interrompida.

[...] Historicamente, a presença da filosofia enquanto ensino, ao contrário das outras áreas do conhecimento, foi provisória e praticamente não exerceu influência sobre os rumos e a estrutura do sistema nacional de ensino. Um olhar mais atento sobre a história do ensino de filosofia no Brasil permite-nos identificar a existência, principalmente entre os anos 30 e 70 deste século, de

⁴ Termo que pode ser entendido no sentido de formatar, formalidade e toda ordem de burocratizações que limitam o pensamento.

⁵ DELEUZE, Gilles. p. 13. “Mas ele curva e recurva as dobras, leva-as ao infinito, dobra sobre dobra, dobra conforme dobra. O traço do barroco é a dobra que vai ao infinito.”

⁶ DELEUZE, Gilles. p. 280 “O Idêntico não retorna. O Mesmo e o Semelhante, o Análogo e o Oposto não retornam. Só a afirmação retorna, isto é, o Diferente, o Dissimilar.”

⁷ Música ‘Mais do Mesmo’ Composição: Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Rocha / Renato Russo. (Álbum: Que país é esse, 1987)

programas oficiais de filosofia obrigatórios, mas isso não significou, na prática, um efetivo ensino de filosofia. (HORN, 2000, p.18).

No período da Segunda República, após o golpe de estado com Getúlio Vargas que promove a ascensão dos militares ao poder, a educação brasileira toma rumos diferentes, mas ainda com a forte herança aristocrática, elitista e arcaica, e temos então reformas que instituem o ensino de filosofia, como a Reforma de Francisco Campos em 1932 e a Reforma de Gustavo Capanema em 1942. Entretanto apesar da presença do ensino de filosofia, a questão é: que filosofia e para quem? Visto que entre os principais temas tratados nas aulas, a moral e o patriotismo tinham um lugar de destaque. (CARTOLANO, 1985 p. 60). Vale ressaltar ainda que a Reforma Capanema, quando dividiu o ensino secundário em ginásio e ensino profissional, abriu margem para uma divisão social que definia quem estudava e quem trabalhava, acentuando as desigualdades e o sistema de classes.

Conforme os movimentos de um capitalismo em ascensão avançam, com o advento do processo de industrialização que dá novos contornos à dinâmica social do país, a educação é rostificada⁸ a partir das forças da máquina abstrata. De acordo com Kroef (2018), nesse movimento, a política configura a educação que também vai se tornando máquina abstrata e irá produzir diferentes máquinas concretas. “O rosto consiste em uma superfície com diferentes traços que estriam uma paisagem. Ele é um mapa e uma sobrecodificação do corpo. A máquina abstrata produz rosto e rostificação, pois o rosto é uma política.” (KROEF, 2018 p. 85)

À exemplo disto temos OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e (EMC) Educação Moral e Cívica instituídas, ‘em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa’ em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país por força do Decreto-lei n° 869/1969. Estas disciplinas chegaram para substituir a filosofia (que era optativa) e a sociologia, no fatídico ano de 1969, quando se deu início a uma nova etapa da ditadura militar no Brasil, no período que é considerado como os “Anos de terror” e vai durar até 1978. Durante o governo do general-presidente Costa e Silva, os ataques foram intensificados deixando a marca do regime absolutista, de concentração de poderes em atos truculentos e autoritários, como a manutenção do fechamento do Congresso, a aposentadoria de intelectuais como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr, a cassação de mandatos de políticos contrários ao regime etc. Vale destacar ainda alguns detalhes do decreto como o Art. 2º que traz no texto um caráter impositivo e de forte apelo à moralidade pautada nos valores cristãos como justificativa e orientação do projeto de poder que se colocava em curso.

Diante das ressonâncias e confluências entre este passado que se faz tão presente no momento atual, destaco parte do texto do decreto:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

⁸ DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Platôs..., v. 3, p. 33. “Os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade.”

- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

A análise desse episódio nefasto na história do Brasil, nos mostra o quanto estes ecos estão presentes na atualidade, motivando ações orientadas pelos mesmos velhos discursos de exaltação ao regime ditatorial. O mesmo tripé 'Deus, Pátria, Família' presente nos discursos dos parlamentares que votaram à favor do golpe de 2016 que tirou a presidente Dilma Rousseff em um dos momentos mais trágicos e marcantes da história política brasileira. O Brasil mergulhava numa crise ética, política e estética que caminhava para uma situação de prejuízos sem precedentes que culminaria na distopia do país sendo governado por Jair Messias Bolsonaro num cenário catastrófico de destruição, obscurantismo, autoritarismo e morte em todos os segmentos da sociedade. Para a concretização desse plano, a aprovação do pacote de reformas era urgente, logo que toma posse como presidente, Michel Temer dá início a este processo de retirada de direitos que foram duramente conquistados, e tudo sob um discurso muito bem montado e financiado pelos envolvidos nesse jogo complexo onde homens de colarinho branco dão as regras e definem a vida de milhões. Acerca disso, questões de morte e vida entram em jogo, porque mata-se de muitas formas, e apagando oportunidades de estudo, acesso ao conhecimento de maneira digna é sem dúvida, uma maneira eficaz de matar também.

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE. 2018 p.05)

Podemos questionar, portanto, qual projeto de sociedade pretendem os que defendem um ensino orientado pelo utilitarismo e a subserviência? O que há por trás de um currículo onde a palavra 'empreendedorismo' é uma das mais citadas no corpo do texto? A quem interessa um ensino que flexibiliza a carga horária tirando a obrigatoriedade de componentes curriculares e reduzindo as horas dos componentes do núcleo comum? Por que as ciências humanas são sempre tratadas de modo a serem diluídas sob o discurso da interdisciplinaridade? Quando a realidade do que ocorre no cotidiano das escolas é que não há condições para o desenvolvimento desta conexão entre as áreas, mas um reducionismo do pensamento com materiais didático de pouco aprofundamento nos temas filosóficos.

A filosofia na escola...

O tema principal ao qual este trabalho se dedica, é a defesa do ensino de filosofia na escola, na verdade, em todas as etapas da Educação Básica. Entretanto, é necessário um passo de cada vez, sobretudo em face de grandes desafios, visto que a presença da filosofia no ambiente escolar foi permeada de muitos

impedimentos e as mudanças sob a lógica reformista nos deixaram uma herança de prejuízos e retrocessos que mais uma vez marcam esse processo de descontinuidade. Portanto, o enfoque principal ao qual nos debruçamos é o novo Ensino Médio que caminha junto a um processo de precarização da Educação e foi implementado sob um discurso recheado de ideais neoliberais.

Compreendemos que os ataques à filosofia caminham em consonância com um projeto de poder que precariza os serviços públicos inviabilizando o desenvolvimento de uma sociedade mais livre, justa e democrática. A questão que decorre desta breve imersão na história refere-se ao que pode a filosofia, o que há nela que a faz ser tratada com tanto desdém, desconfiança e até mesmo tentativa de apagamento. O fato desta questão ser recorrente, diz não somente da sua complexidade, mas da compreensão do caráter múltiplo que permeia esta e tantas outras questões, portanto, sua resposta ou respostas, são da mesma natureza, visto que há uma multiplicidade de fatores que influenciam os acontecimentos.

Há muitas expectativas com relação a esta questão das implicações da filosofia na escola, algumas delas inclusive demasiado românticas, entrando em consonância com concepções redentoristas, que a filosofia por si só será capaz de transformar o pensamento dos estudantes, há ainda os que compreendem esta como o caminho para entrar em contato com a superioridade de um mundo das verdades imutáveis pela via da razão.

Esta é a compreensão de origem parmenidiana⁹, onde ao conhecimento é atribuído uma fixidez que não aceita a mutabilidade, tampouco a diferença, e de tal concepção se segue toda uma corrente filosófica, Platão com as verdades imutáveis, Descartes com a verdade indubitável e toda uma tradição que se construiu numa perspectiva pautada na epistemologia de um fundamento de natureza fixa e imutável. Entretanto, a proposta de análise que pretende este trabalho, se inscreve na tradição heraclitiana¹⁰ mas na leitura Nietzscheana, concebe, portanto, que é uma convenção que estabelece a verdade.

É esta convenção que estabelece a verdade. A verdade não é uma adequação do intelecto à realidade; é o resultado de uma convenção que é imposta com o objetivo de tornar possível a vida social; é uma ficção necessária ao homem em suas relações com outros homens. (MACHADO, 1999, p.38)

Em *Nietzsche e filosofia* (1962), Deleuze fará sua crítica da verdade apontando a genealogia nietzscheana como o questionamento dos valores e sentidos, enquanto a crítica kantiana se limita a questionar acerca dos limites da razão ao invés de ir mais além na problematização dessa verdade que pressupunha e por ele privilegiada. Com a crítica genealógica é possível questionar acerca do valor atribuído aos valores e o sentido se dá na relação de forças, de modo algum está dado, portanto é necessário avaliar não a partir desses valores como parâmetros, mas a partir de diferentes perspectivas e situando-os em tempos e maneiras de viver.

Seguindo nesse sentido para continuar na análise acerca das potências da filosofia na escola, a partir da investigação histórica necessária e observando os

⁹ Parmênides de Eléia, século V a.C. é autor do poema Sobre a natureza, onde expõe sua interpretação da realidade utilizando a dedução lógica, considerando as premissas evidentes por si e negando a mudança, ou possibilidade de um vir a ser. Sendo, portanto, a realidade imutável, eterna, imóvel, perfeita e única. (IGLÉSIAS, 2004, p. 29-30).

¹⁰ Heráclito de Éfeso, século VI a.C. postulava que “tudo está em mudança e nada permanece parado” (IGLÉSIAS, 2004, p. 29).

fatos atuais, é possível obter alguns elementos que nos dão subsídio para a compreensão de uma questão ampla que está relacionada a manobras e vicissitudes de poderes que atravessam a educação que de maneira alguma está isenta ou mesmo neutra. Compreende-se, portanto, que o ensino de filosofia oferece possibilidades para a compreensão do jogo saber-poder presente em todas as relações e o que decorre disto é um abalo da pretensão de ordem estabelecida para melhor manobrar e na manutenção das codificações e processos de assujeitamentos à moralidade totalizante.

“A filosofia não ensina a diferenciar o que é bom do que é mau, mas a distinguir e problematizar os critérios estabelecidos que tornam significativa essa distinção numa sociedade qualquer. Ela não forma pessoas para que exerçam de certa forma sua cidadania, mas permite gerar condições para que sejam colocados em questão os sentidos outorgados à cidadania numa sociedade determinada, bem como a própria exigência formativa num modo particular de entender a cidadania.” (KOHAN, 2013, p.77)

Deste modo, a filosofia é um componente que põe em questão os poderes, ameaça e coloca sob suspeita as ‘boas intenções’ e ‘prescrições’. Deveras é um grande incômodo.

Resistência, Palavra de ordem e Criação

Os conceitos de *Resistência*, *Palavra de ordem* e *Criação*, de algum modo perpassam a Filosofia da Diferença de diversas maneiras e numa vasta produção de pensamento, mais especificamente algumas obras de Deleuze que tratam destes conceitos e aprofundam a questão. Conversando com Parnet na série de entrevistas intitulada o *Abecedário*¹¹, o filósofo pensa o conceito de *Resistência* relacionando-o com o *problema da criação* e nos traz estes temas de maneira mais elaborada. A questão também pode ser pensada como a criação se impõe como ato de resistência diante do que se apresenta no conjunto de enunciados da *palavra de ordem*, da besteira e de todos os clichês que impedem a emergência do novo, de *uma nova imagem do pensamento* ou *pensamento sem imagem*.

Vejamos, acerca do problema da criação, em o *Abecedário*:

CP: Mas, quando você cria, quando você é um artista, você sente esses perigos o tempo todo à sua volta? Há perigos por toda parte? GD: Claro que sim. Na filosofia, também. É o que Nietzsche dizia. Uma filosofia que não prejudicasse a besteira seria... Prejudicar a besteira, resistir à besteira. E se não houvesse a filosofia? As pessoas agem como... Afinal, é bom para as conversas depois do jantar. Se não houvesse filosofia, não questionaríamos o nível da besteira. A filosofia impede que a besteira seja tão grande. Esse é seu esplendor. Não imaginamos como seria. Se não existissem as artes, a vulgaridade das pessoas seria... Quando dizemos... Criar é resistir efetivamente. O mundo não seria o que é sem a arte. As pessoas não aguentariam. Elas não estudaram filosofia, mas a simples existência da filosofia as impede de ser tão estúpidas e imbecis quanto seriam se ela não existisse. (DELEUZE; PARNET, 1988.)

Em *Lógica do sentido* Deleuze nos fala de uma geografia ao invés de uma história do pensamento:

¹¹ L'Abécédaire o 'Abecedário' é um documentário francês produzido por Pierre-André Boutang filmado entre 1988 e 1989, que consiste em uma série de entrevistas entre o filósofo e Claire Parnet.

Quando perguntamos “que é orientar-se no pensamento”, aparece que o pensamento pressupõe ele próprio eixos e orientações segundo as quais se desenvolve, que tem uma geografia antes de ter uma história, que traça dimensões antes de construir sistemas. (DELEUZE, 2007, p.130)

Podemos então compreender que uma imagem do pensamento refere-se a todas essas coordenadas que orientam toda a possibilidade de criação, além de direcionar, modular um certo tipo de pensamento. Em um caminho oposto, para a Filosofia da Diferença a ideia de pensamento é o que inaugura o novo, ou mesmo uma repetição da diferença. É interessante perceber como os conceitos pensados por Deleuze e depois, pela dupla Deleuze e Guattari, confluem e se conectam por diferentes caminhos. O que é perfeitamente, ou melhor, assimetricamente possível numa filosofia do pensamento nômade e conectivo, pensamento rizomático das *sínteses disjuntivas*.

É contra estes modelos do pensamento da representação, que Deleuze nos fala, como no capítulo “A imagem do pensamento” de *Diferença e Repetição*. Assim, falamos aqui de uma filosofia que vai na contramão da fixidez própria de um pensamento pautado na pretensão da verdade atemporal e universal, ou na reconhecimento, como o pensamento dogmático do senso comum.

Podemos observar que neste jogo de forças em torno da presença da filosofia no currículo, há um discurso que advoga em nome de uma suposta neutralidade e apartidarismo, mas que na realidade tem objetivos muito bem definidos que se revelam nas entrelinhas das defesas de um ensino que atende aos interesses do capital. Os grupos privilegiados até podem investir esforços para mascarar seus reais interesses justificados por seus discursos liberais, mas o teor de suas propostas muito bem elaboradas, não convence e se revela nos impactos quando estas ‘reformas’ e ‘inovações’ chegam ao cotidiano das escolas. Aliás, as decisões acerca de como a escola precisa atuar, sempre foram alvo de grandes interesses, à exemplo temos a atuação de grupos como o “MOVIMENTO PELA BASE”¹² que teve influência significativa nesse processo de implementação do ‘novo’ Ensino Médio e na construção da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Com total ironia, a situação flerta com o passado e nos faz lembrar o reformismo *escolanovista* em *O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*.

Entretanto, ainda a respeito das expectativas que giram em torno do ensino de filosofia, e isto decorre em parte, de uma visão utilitarista que impõe o ‘para que serve’, vale fazer algumas pontuações, a saber o que Deleuze nos fala desta questão:

Quando alguém pergunta para que serve a filosofia, a resposta deve ser agressiva, visto que a pergunta pretende-se irônica e mordaz. A filosofia não serve nem ao Estado, nem à Igreja, que têm outras preocupações. Não serve a nenhum poder estabelecido. A filosofia serve para entristecer. Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria ninguém, não é uma filosofia. A filosofia serve para prejudicar a tolice, faz da tolice algo de vergonhoso. Não tem outra serventia a não ser a seguinte: denunciar a baixaza do pensamento sob todas as suas formas. Existe alguma disciplina, além da filosofia, que se proponha a criticar todas as mistificações, quaisquer que sejam sua fonte e seu objetivo? Denunciar todas as ficções sem as quais as forças reativas não prevaleceriam. Denunciar, na mistificação, essa mistura de baixaza e tolice que

¹² Organização que define-se como: “Uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar e monitorar a construção da implementação de qualidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Novo Ensino Médio.” Dentre estas instituições que deliberam e financiam encontram-se nomes como Fundação Leman e Fundação Roberto Marinho.

forma tão bem a espantosa cumplicidade das vítimas e dos algozes. Fazer, enfim, do pensamento algo agressivo, ativo, afirmativo. Fazer homens livres, isto é, homens que não confundam os fins da cultura com o proveito do Estado, da moral, da religião. Vencer o negativo e seus altos prestígios. Quem tem interesse em tudo isso a não ser a filosofia? A filosofia como crítica mostra-nos o mais positivo de si mesma: obra de desmistificação. [...] tolíce e a bizzarria, por maiores que sejam, seriam ainda maiores se não subsistisse um pouco de filosofia para impedi-las, em cada época, de ir tão longe quanto desejariam, para proibi-las, mesmo que seja por ouvir dizer, de serem tão tolas e tão baixas quanto cada uma delas desejaria. Alguns excessos lhes são proibidos, mas quem lhes proíbe a não ser a filosofia? Quem as força a se mascararem, a assumirem ares nobres e inteligentes, ares de pensador? Certamente existe uma mistificação propriamente filosófica; a imagem dogmática do pensamento e a caricatura da crítica são testemunhos disso. Mas a mistificação da filosofia começa a partir do momento em que esta renuncia a seu papel ... desmitificado e faz o jogo dos poderes estabelecidos, quando renuncia a contrariar a tolíce, a denunciar a baixaza. (DELEUZE, 1987, p. 87)

Compreendida aqui como criação de conceitos, uma filosofia que não se desliga da vida, carrega em si a potência de romper com os estratos, subverter, transvalorar, desterritorializar... e permitir a liberdade para a invenção do novo, para que a vida flua em toda sua multiplicidade e não seja sufocada na burocracia e artimanhas dos poderes hegemônicos. É esta filosofia que produz vida e tem a potência de construir caminhos possíveis para a criação de práticas de resistência e luta, insistindo na mudança do atual cenário para escrever o novo para um povo por vir, tecer práticas micropolíticas nas mais simples ações cotidianas e reivindicar um direito primordial para que haja vida ao invés de sujeição: a liberdade de pensar, sentir e criar, inventar novos mundos para uma vida afirmativa, de resistência, criação, acontecimento... uma filosofia que ameaça as palavras de ordem e todos os aprisionamentos que decorrem delas e nos prende em círculos viciosos de obediência e servidão. Por isso falamos aqui de subverter, virar a mesa e não somente inverter o jogo, mas sair, quebrar, rasgar os jogos e as regras, com toda prudência e rapidez suficientes dos que são capazes de serpentear para fazer outros jogos a partir das próprias regras com as cartas dos que ousam pensar, desobedecer e criar.

Dançar no caos!

Referências bibliográficas

- ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo, Moderna, 2002. RIBEIRO, M. L. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. Campinas, Autores Associados, 2003.
- CARTOLANO, M. T. P. Filosofia no ensino de 2º Grau. S. Paulo: Cortez, 1985.
- CEPPAS, F. Anotações sobre a história do ensino de filosofia no Brasil. In: BRASIL. Filosofia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 171-184 (Coleção Explorando o Ensino. V.14).
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992b.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 7. DELEUZE, Gilles. Nietzsche. Tradução de Alberto Campos. Lisboa: Edições 70, 1965.

- DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Tradução de Luiz Orlandi. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.
- DELEUZE, Gilles. O que é o ato de criação? In: DUARTE, Rodrigo (Org.).
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2003a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011
- DELEUZE, G.; PARNET, Claire. *Abecedário*. Produção: Pierre-André Boutang. Edição: Ministério de Educação, "TV Escola". 2001
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GALLINA, S. F. da S. *A Disciplina de Filosofia e o Ensino Médio*. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O.; (Org). *Filosofia no Ensino Médio*. Volume VI. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GALLO, S.; KOHAN, W. O.; *Crítica de alguns lugares – comuns ao se pensar a filosofia no ensino médio*. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O.; (Org). *Filosofia no Ensino Médio*. Volume VI. Petrópolis: Vozes, 2000. p.175-196.
- HORN, G. B. *A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: Uma perspectiva histórica*. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O.; (Org). *Filosofia no ensino médio*. Volume VI. Petrópolis: Vozes, 2000. p.17-33.
- KOHAN, W. O. *Filosofia: O paradoxo de aprender e ensinar*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- KOHAN, W. O. *Infância de um ensinar e aprender (J. Rancière)*. In: KOHAN, W.O. *Infância entre educação e filosofia*. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.181-205
- KROEF, Ada Beatriz Gallicchio e GALLICCHIO, Gisele Soares. *Escola-empresa: traços do empresário-sombra*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2005, n.28, pp.116-126. ISSN 1413-2478.
- KROEF, Ada. *Escola como polo cultural – contornos mutantes em fronteiras fixas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- MARINHO, Cristiane Maria. *De Deus à Diferença: trajetória das matrizes filosóficas na educação brasileira*. *Filosofia e Educação*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 201–231, 2012.
- ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil 1930-73*. Petrópolis, Vozes, 1978;
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/sob-bolsonaro-gasto-do-mec-com-investimentos-e-o-menor-desde-2015.shtml> Acesso em 21/01/2024

Recebido em: 08/2024
Aprovado em: 01/2025